



**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2022 - SECULT**

São Gonçalo do Amarante – CE, 28 de Abril de 2022.

**1. ABERTURA**

O Ilmo. Secretário de Cultura do Município de São Gonçalo do Amarante – CE, Sr. CLEILSON MENDES ANDRADE, vem instaurar nesta data o presente processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** visando à **CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO CANTOR ZÉ VAQUEIRO, DURANTE O EVENTO SÃO JOÃO DE TODOS, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2022, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE**, considerando os termos do artigo 25, inciso III da Lei Nº. 8.666/93.

**2. JUSTIFICATIVA**

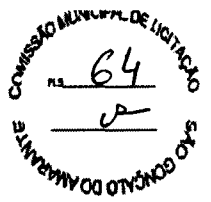
O SÃO JOÃO DE TODOS é um evento de grande porte realizado pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, por meio da Secretaria de Cultura do município. É uma festa tradicional destinada à população Gonçalense e turistas, sendo construída diretamente por ela e para ela. É um movimento diversificado executado no período junino, no qual este ano acontecerá entre os dias 29 de junho e 03 de julho de 2022, celebrando a tradição do São João.

O projeto deste ano busca estimular a apropriação do espaço público como ginásio poliesportivo e valorizar o patrimônio material, imaterial, natural e arquitetônico como: calçadão, arena de eventos e entorno da Lagoa da Prejubaca; a motivação é para proporcionar aos munícipes e visitantes não só a apreciação das atrações e grupos juninos, como também possibilitar uma experiência com a história local, através da Cidade Cenográfica que fará parte do cenário.

Primeiramente, o evento é preparado para dar suporte aos grupos juninos locais, valorizar a formação e manifestação artística-cultural do município, manter vivo o segmento da cultura popular do ciclo junino. Mas seu objetivo vai além disso. O São João de Todos busca estimular o empreendimento criativo, por meio de exposição de artesanato local, proporcionar o bem-estar, a integração e a convivência social, como meio de combater os preconceitos por orientação sexual, de gênero, étnicos, religiosos, sociais e etários.

Além de gerar entretenimento e renda para diversos setores da cidade, como a classe artística, produtores culturais, quadrilheiros, músicos, empresários, ambulantes, barraqueiros e outros gonçalenses, o movimento cultural proporciona visibilidade para São Gonçalo do Amarante, atraindo turistas e amantes do São João de todos os lugares do Ceará. Por ser uma festa de grande proporção, se torna uma das maiores referências de festa junina do estado.

O evento acontecerá durante 05 (cinco) dias consecutivos, começando no dia 29 de junho e encerrando em 03 de julho de 2022. Os espaços utilizados serão: Ginásio Poliesportivo Waldemar Alcântara, Arena de Eventos da Prejubaca e seu entorno.



Atividades a serem realizadas: apresentação cultural, show musical, espetáculo teatral, prestação de serviços, atividade para idosos e crianças.

O projeto deste ano busca celebrar uma edição especial, que é o retorno do São João de Todos de forma presencial, após dois anos. Diante disso e por se tratar de um evento que se tornou referência de festa junina no estado do Ceará, se faz necessário: contratar uma atração consagrada pela crítica especializada e opinião pública, assegurando os direitos difusos sociais e culturais da população gonçalense e visitantes; que atenda ao público alvo presente nesse evento, baseando-se nas edições anteriores; que proporcione o bem-estar, a integração e a convivência social; que possua um preço coerente, razoável e proporcional do preço praticado a ser desembolsado pela Administração.

### **3. FUNDAMENTO JURÍDICO**

Como é sabido, a licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88.

artigo 37- (omissis)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar os procedimentos licitatórios e essas eventuais ressalvas foi então criada a Lei Nº. 8.666/93, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

É certo que nos precisos termos do artigo 3º da citada Lei, licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, sendo esse procedimento uma regra, nos termos do artigo 2º, do antedito diploma.

Todavia, existem certos casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.**

Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; que não é obrigatório ou compulsório. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale à licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição".

Ora, em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores. Assim, quando a Administração visa a aquisição de um bem ou a contratação de um determinado serviço, pesquisa no mercado várias empresas que possam atender à sua necessidade.

A aquisição de um equipamento ou serviço comum pode ser feita por meio de múltiplos fornecedores/prestadores de serviço, que comercializem esse tipo de

produto/serviço. Muitos interessados em condição de serem contratados podem fornecer à Administração, desde que atendidos os pré-requisitos documentais e as especificações da contratação. Há todo um universo de competidores. Da mesma forma em relação aos objetos a serem contratados, os quais claramente se tratam de bens ou serviços corriqueiros, cuja oferta está fácil e ordinariamente disponível no “mercado padrão” dada a sua multiplicidade, fato este que justifica a abertura de um procedimento licitatório.

Assim, ante à possibilidade de concorrência, imperiosa está a realização do certame para a obtenção da melhor proposta, dentro das regras estabelecidas que guardam a isonomia entre os competidores.

Diante disso, a regra é licitar, pois a escolha de um determinado fornecedor sem o devido procedimento licitatório, favorecendo apenas um dentre muitos, quando existem vários com possibilidade de contratação, inexoravelmente, irá quebrar o equilíbrio da competição, ferindo frontalmente o princípio da isonomia.

Entretanto, quando a Administração necessita adquirir um bem ou contratar um determinado serviço, que possui **características especiais e especificações ímpares**, não existentes usualmente no “mercado padrão”, torna-se impraticável a realização de licitação, pois o universo de competidores é restrito.

Nessa situação, a regra de licitar para se obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de fornecedores, dá lugar à sua **exceção de não licitar**, pois o objeto assume uma característica de tamanha **singularidade** que se torna incompatível realizar uma competição, em razão da particularidade do objeto almejado pela Administração, haja vista que apenas um bem ou serviço específico, com certas características, irá satisfazer o interesse público. Como afirma CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, “Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais.”

Logo, a **inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição**. Esta é uma consequência que pode ser produzida por diferentes causas que consistem nas hipóteses de ausência dos pressupostos necessários à licitação.

Destaque-se que em todos os casos de inviabilidade de competição existe um objeto singular. A singularidade consiste na “*impossibilidade de encontrar o objeto que satisfaz o interesse público dentro de um gênero padronizado, com uma categoria homogênea*”. É aquele que poderia ser qualificado como **infungível**.

Nesse diapasão, cumpre analisar de forma geral o enquadramento legal da contratação de serviços artísticos, à luz dos critérios estipulados no art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

Com efeito, a lei de licitações declara textualmente inexigível licitação quando se trate de contratação de “profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES (*in* Contratação Direta sem Licitação. 5ª ed. Brasília Jurídica. 2004, p. 613-622) lembra que para a regularidade dessa contratação direta existem três requisitos, além da inviabilidade de competição: 1) que o objeto da contratação seja o serviço de um artista profissional; 2) que seja feita diretamente ou através de



empresário exclusivo; 3) que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Ressalte-se que a contratação de um artista, considerada como inviabilizadora da competição, constitui típica **obrigação de fazer**, do tipo *intuitu personae*, isto é, que só pode ser realizada diretamente pelo contratado. Portanto, há indiscutível inviabilidade de realização de licitação, uma vez que as obras ou eventos artísticos exprimem as características pessoais de seus autores, sendo incomparáveis entre si e, dessa forma, dificultando a definição do objeto ou os parâmetros para avaliar qual a proposta mais conveniente.

Assim, a inexigibilidade da contratação de artistas se prende à individualidade de sua produção intelectual ou cultural, que se caracteriza pelo que o eminente jurista Celso Antônio Bandeira de Mello define como "*singularidade relevante*" conforme trecho adiante transcrito:

"Evidentemente, o que entra em causa, para o tema da licitação é a singularidade relevante, ou seja; cumpre que os fatores singularizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa. Em suma, que as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que o serviço de um é mais indicado do que o serviço de outro".

Com efeito, é manifesto que nem todos os serviços artísticos têm esses predicados. Somente os artistas que por sua consagração pela crítica ou público gozam dessa circunstância especial, marcante para a população ou para a Administração Pública, e se revestem desse caráter singular.

Segundo os critérios estipulados no art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93, pode-se claramente perceber que maior relevância se deve dar à **consagração do artista a ser contratado**. Diante da consagração da artista, vislumbra-se a **natureza incomum do serviço**, se enquadrando ao conceito legal estatuído no dispositivo da Lei de Licitações. Desse modo, a singularidade do objeto pretendido pela Administração é o ponto fundamental da questão.

Diante do exposto, vê-se que o caso em questão se enquadra perfeitamente no dispositivo em que a lei classifica como licitação **inexigível**, pois a natureza dos serviços pretendidos conduz à possibilidade da ressalva licitatória.

#### **4. RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA – CONSAGRAÇÃO POPULAR**

Um dos maiores nomes da música no Brasil, o cantor Zé Vaqueiro já é referência no forró por levantar a bandeira do ritmo do piseiro. Natural de Ouricuri, sertão de Pernambuco, o artista é forrozeiro desde criança e hoje vive o seu melhor momento na carreira com apenas 22 anos. Compositor de hits que ganharam as paradas de todo país, Zé Vaqueiro assina canções como "vem me Amar", que foi regravaada por vários artistas de alcance nacional.



O cantor ainda acumula parcerias com artistas renomados como Márcia Felipe, em "Piseiro Estourou"; Eric Land, em " O Povo Gosta é do Piseiro", DJ Ivis, em "Mais um Beijo"; Matheus e kauan, em "Vagabundo"; Zé Cantor, participando do DVD "Drive-in do Zé". Em 2020, o forrozeiro lançou o álbum "O Original", que apresentou ao público canções como "Tenho Medo" e "Cangote", além do megahit "Letícia" que soma mais de 241 milhões de views no YouTube.

Hoje, Zé Vaqueiro tem o recém lançado EP "Vipe Original", que apresenta seis músicas inéditas, como "Cadê o Amor" e "Você Conta ou Eu Conto", além de canções autorais como "Queda de Moto" e "Recaída". Nas plataformas digitais, o cantor se destaca por ser o único a ter sete canções no Top 50 do YouTube, sendo o segundo artista mais visto na plataforma.

Ao todo Zé Vaqueiro conta com mais 1 bilhão de visualizações no YouTube, mais de 5 milhões de ouvintes mensais no Spotify e mais de 4 milhões de seguidores no Instagram. "Estou muito feliz por tudo que tem acontecido e reforço a gratidão por todos que acompanham o meu trabalho e que curtem o nosso piseiro. É muito bacana ver a aceitação do público e só deixa a gente mais animado para seguir focado nos próximos projetos", ressalta o cantor.

Diante do exposto, a razão da contratação da empresa ZÉ VAQUEIRO ORIGINAL MUSIC LTDA, cujo nome fantasia é ZÉ VAQUEIRO ORIGINAL, inscrita no CNPJ sob o nº 39.415.957/0001-34, deve-se ao fato de a mesma ser a única que possui representação de caráter exclusivo para apresentação artística da referida atração musical. Essa exclusividade é comprovada através do seu Contrato Social.

## **5. JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do erário deve ser meta permanente de qualquer administração. Considerando esse aspecto, a Secretaria Municipal de Cultura constatou que os valores praticados pela empresa contratada são perfeitamente compatíveis com aquele praticado pela referida empresa junto a outros órgãos/entes em ações semelhantes, utilizando-se da mesma forma de contratação, conforme comprovação em anexo.

Assim, o valor da contratação será de **R\$ 206.000,00 (duzentos e seis mil reais)**, a ser pago até o dia da apresentação.

Em favor de **ZÉ VAQUEIRO ORIGINAL MUSIC LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. 39.415.957/0001-34, com sede à Avenida Dom Luis, 176, Loja 04, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.160-196, E-mail: contato@levelone.net.br, Telefone: (85) 3267-1425 / 98608-7774 / 99199-5527 / 98833-5807.

## **6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS**

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2022 do



FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA, classificados sob o código: **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1302 13 392 0041 2.123 REALIZAÇÃO DE FESTEJOS E EVENTOS PARA PROMOÇÃO DAS TRADIÇÕES DO MUNICÍPIO, ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURÍDICA, SUB ELEMENTO 3.3.90.39.23 FESTIVIDADES E HOMENAGENS, FONTE DE RECURSO: 1500000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.**

*Cleilson Mendes Andrade*

**CLEILSON MENDES ANDRADE**  
Secretário Municipal de Cultura